

# Mulheres negras rurais em cooperativas: existência, resistência e protagonismo

*Black rural women in cooperatives: existence, resistance, and empowerment*

Eliene Anjos

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB),  
Cruz das Almas, BA, Brasil.

Jéssica Alves dos Santos

Universidade Federal de Santa  
Maria (UFSM), Santa Maria, RS, Brasil.

## Informações do artigo

Recebido em 30/11/2025

Aceito em 04/12/2025

doi: <https://doi.org/10.25247/2447-861X.2026.n267.p239-260>

Copyright (c) 2025 Eliene Anjos e  
Jéssica Alves dos Santos.



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons](#)  
[Atribuição 4.0 Internacional](#).

Você é livre para:

*Compartilhar* — copiar e redistribuir o material em qualquer  
meio ou formato.

*Adaptar* — remixar, transformar e construir sobre o material  
para qualquer finalidade, mesmo comercialmente.

## Apoio

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e  
Tecnológico (CNPq)

## Como ser citado (modelo ABNT)

ANJOS, Eliene;

SANTOS, Jéssica Alves dos. Mulheres negras rurais em  
cooperativas: existência, resistência e protagonismo.

**Cadernos do CEAS: Revista Crítica de Humanidades.**

Salvador/Recife, v. 51, n. 267, p. 239-260, jan./abr. 2026.

DOI: <https://doi.org/10.25247/2447-861X.2026.n267.p239-260>

## Resumo

Este artigo buscou analisar a participação das mulheres rurais, sobretudo as negras, nas cooperativas e nos cargos dos conselhos de administração com o intuito de debater se o cooperativismo rural é um mecanismo de equidade de gênero e raça, a partir do contexto da Bahia e do Rio Grande do Sul. Para alcançá-lo, adotou-se a perspectiva teórico-metodológica da interseccionalidade, que possibilita compreender como o gênero, a raça e a classe se entrecruzam na conformação das desigualdades. Manuseou-se um banco de dados com 64 cooperativas, estando 36 localizadas na Bahia e 28 no Rio Grande do Sul. Os dados primários foram coletados por meio de um formulário estruturado enviado às cooperativas entre julho e agosto de 2023. Apesar do predomínio de homens brancos nos cargos de mais poder das cooperativas, constatou-se que entre as 10 cooperativas presididas por mulheres rurais, 62,8% são negras. Esse dado demonstra a existência, resistência e protagonismo das pretas e pardas, de forma mais expressiva nas cooperativas da Bahia. Não obstante, faz-se necessária uma reflexão das práticas cooperativistas embasadas na perspectiva interseccional, para que se adotem políticas de inclusão racial e de gênero nas cooperativas, com formações voltadas principalmente às lideranças femininas e negras.

**Palavras-chave:** Interseccionalidade; Desigualdades sociais; relações de poder.

## Abstract

This article aimed to analyze the participation of rural women, especially Black women, in cooperatives and in board positions, with the goal of debating whether rural cooperativism is a mechanism for gender and racial equity, based on the context of Bahia and Rio Grande do Sul. To achieve this, the theoretical-methodological perspective of intersectionality was adopted, which allows us to understand how gender, race, and class intersect in shaping inequalities. A database of 64 cooperatives was used, with 36 located in Bahia and 28 in Rio Grande do Sul. Primary data were collected through a structured questionnaire sent to the cooperatives between July and August 2023. Despite the predominance of white men in the most powerful positions in the cooperatives, it was found that among the 10 cooperatives headed by rural women, 62.8% are Black. This data demonstrates the existence, resilience, and protagonism of Black and mixed-race women, more expressively in cooperatives in Bahia. Nevertheless, it is necessary to reflect on cooperative practices based on an intersectional perspective, in order to adopt policies of racial and gender inclusion in cooperatives, with training aimed primarily at female and Black leaders.

**Keywords:** Intersectionality; Social inequalities; Power relations.

## INTRODUÇÃO

O campo brasileiro apresenta profundas desigualdades sociais e territoriais, resultado de um modelo agrário construído sobre a concentração da terra e a exploração do trabalho. Desde os tempos coloniais, o latifúndio se estruturou com base na ordem econômica e política rural que privilegiou os grandes produtores em detrimento daqueles que possuíam pequenas propriedades ou não eram proprietários. O decreto da Lei de terras nº 601 de 1850, ao estabelecer a compra como única forma de acesso legal a terra, suprimiu sistematicamente os que foram escravizados e seus descendentes do direito à propriedade, promovendo um modelo fundiário excludente que subsiste no tempo e se reproduz atualmente.

Nesse contexto, a formação do latifúndio se articulou à racialização do trabalho, a abolição não representou inclusão dos libertos na ordem econômica; ao contrário, estes foram substituídos por imigrantes brancos nas novas oportunidades de trabalho rural (Martins, 1980). Gonzalez (1979) conclui que no Brasil existe uma divisão racial do trabalho, inclusive no mundo rural, que gerou uma exclusão fundiária racializada.

Dessa forma, as mulheres negras que vivem e trabalham no meio rural se encontram em uma posição social marcada pelo atravessamento de opressões de classe, gênero e raça, que se reforçam mutuamente. Isso significa, segundo Davis (2016), que sua marginalização não pode ser explicada apenas pela pobreza, pelo patriarcado ou pelo racismo de forma isolada, mas pela combinação histórica desses elementos. A autora, ao analisar a herança do escravismo na sociedade capitalista, demonstra que a abolição não eliminou as hierarquias raciais e de gênero, ao contrário, essas hierarquias foram reinscritas nas formas modernas de trabalho.

No contexto brasileiro, Carneiro (2023) evidencia que o racismo funciona como uma tecnologia de poder que hierarquiza corpos e delimita quem pode existir plenamente no espaço social, relegando as mulheres negras aos patamares mais baixos de acesso a terra, renda, direitos e representação política. Essa condição se intensifica no meio rural, onde persistem formas de colonialidade que naturalizam o corpo da mulher negra como força de trabalho disponível, silenciosa e desprovida de reconhecimento social. Desse modo, a experiência das mulheres negras rurais é atravessada por uma intersecção de opressões

econômicas, raciais e patriarcais, que não apenas restringem sua participação nos espaços de poder, mas também limitam sua visibilidade como sujeito.

Diante desse cenário de desigualdades estruturais que marcam a experiência das mulheres negras no campo, torna-se essencial visibilizar aquelas que estão inseridas em cooperativas e que se utilizam dessa forma de organização para protagonizar novos horizontes, com redução das assimetrias de gênero e justiça racial. Historicamente concebido como uma forma alternativa ao modelo capitalista, o cooperativismo baseia-se em princípios de solidariedade, igualdade e democracia, nasce para se contrapor às desigualdades econômicas e sociais no século XIX (Singer, 2002).

No contexto rural brasileiro, sua expansão está diretamente vinculada à agricultura familiar, na medida em que se apresenta como estratégia para acessar crédito, diversificar os canais de comercialização, ampliar a produção e reivindicar melhores condições de vida para as populações que resistem no campo. Ultrapassando sua função econômica, Anjos e Santos (2025) inferem que o cooperativismo assume também uma dimensão política, tornando-se espaço de mobilização comunitária, defesa de direitos e resistência frente ao avanço do agronegócio e às formas hegemônicas de exploração do trabalho. Estudos recentes demonstram que o cooperativismo, para além de sua dimensão produtiva, pode se transformar em espaço de resistência, organização coletiva e disputa por direitos no campo.

No entanto, mesmo o cooperativismo sendo concebido como uma alternativa coletiva ao modelo de organização capitalista tradicional, não está imune à reprodução das desigualdades sociais estruturais que atravessam o campo brasileiro. Em muitos casos, segundo Anjos (2023), as cooperativas preservam hierarquias baseadas no patriarcado, racismo e na divisão sexual do trabalho, replicando padrões de exclusão que privilegiam homens brancos em posições de poder e decisão.

Nesse cenário, Santos (2024) afirma que a presença de mulheres negras nas estruturas de governança cooperativa permanece limitada e pouco reconhecida, refletindo a interseção entre desigualdades raciais, de gênero e de classe que atravessam os espaços coletivos no campo. Ainda que desempenhem papel ativo em atividades produtivas, operacionais e comunitárias, essas mulheres raramente alcançam posições de liderança, especialmente em conselhos de administração, onde predominam figuras masculinas e brancas que concentram a tomada de decisões.

Esse é o contexto que define o objetivo principal deste artigo, analisar a participação das mulheres rurais, sobretudo as negras, nas cooperativas e nos cargos dos conselhos de administração com o intuito de debater se o cooperativismo rural é um mecanismo de equidade de gênero e raça, a partir do contexto da Bahia e do Rio Grande do Sul. Para alcançá-lo, adotou-se a perspectiva teórico-metodológica da interseccionalidade (Crenshaw, 2013; Collins; Bilge, 2021) que possibilita compreender como gênero, raça e classe se entrecruzam na conformação das desigualdades, dessa forma, reconhecer o feito das mulheres rurais negras que assumem cargos diretivos em cooperativas.

Os dados coletados integram uma pesquisa financiada pelo CNPq, em 2023, com 120 cooperativas do ramo agropecuário localizadas na Bahia, Minas Gerais, Pará, Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul. Este artigo é um recorte desta pesquisa, concentrado no manuseio do banco de dados com 64 cooperativas, estando 36 localizadas na Bahia e 28 no Rio Grande do Sul. Os dados primários foram coletados por meio de um formulário estruturado enviado às cooperativas entre julho e agosto de 2023.

O formulário de coleta dos dados primários que resultou na construção do banco de dados contemplou informações sobre a representação de gênero e raça/cor no quadro social e no conselho de administração, canais de comercialização, faturamento e a percepção sobre a questão da diversidade nas cooperativas. As informações foram sistematizadas e analisadas com o auxílio do software Statistical Package for the Social Sciences (SPSS), utilizando-se de estatística descritiva e cruzamento de variáveis.

Constituído o banco de dados com as 64 cooperativas elegíveis para análise neste artigo, selecionamos para as inferências variáveis que caracterizaram o quadro social e o conselho de administração no que tange ao perfil de gênero, etnicorracial, geracional e o exercício da maternidade para as mulheres que assumem cargos diretivos. Além destes indicadores, buscou-se a percepção sobre a diversidade no cooperativismo e seus desafios a partir do levantamento das atividades que são realizadas pelas cooperativas para promover o protagonismo das mulheres rurais, sobretudo das negras, e da juventude.

Na continuidade do artigo, debate-se na seção seguinte a interseccionalidade como perspectiva analítica para compreender as desigualdades estruturais no campo brasileiro. A terceira seção aborda o cooperativismo rural e as lutas para ampliar a participação feminina. Em seguida, apresenta-se a seção intitulada entre o discurso da igualdade e as práticas de (in)visibilização, com análise da participação das mulheres rurais, sobretudo as negras, nos

cargos diretivos das cooperativas da Bahia e Rio Grande do Sul, para enfim apresentar as considerações finais do estudo.

## INTERSECCIONALIDADE E DESIGUALDADES NO CAMPO BRASILEIRO

Com a escravidão abolida e a ausência de políticas de reparação ou inserção socioeconômica, como a distribuição de terras, a população negra manteve-se sem acesso aos meios de produção e forçada a relações precarizadas como a parceria, o colonato e o trabalho assalariado sem os direitos assegurados por lei (Gonzalez, 1988). Integrado a essa exclusão material, houve também um processo de desumanização do corpo negro, particularmente do corpo feminino, posto como força de trabalho nas funções mais subalternizadas, como demonstrado por Costa e Freitas (2025).

Além da lógica de racialização das relações sociais no meio rural, o patriarcado também é central para a organização e hierarquização dos vínculos e a subordinação das mulheres à autoridade de homens, pai, marido e patrão, juntamente com a depreciação de seu trabalho no espaço doméstico e na produção, reduzindo-o ao status de ajuda. Paulilo (2018) alerta que embora as mulheres sejam essenciais para o funcionamento das unidades produtivas, seu trabalho segue sendo desvalorizado e frequentemente não reconhecido como atividade econômica. Suas tarefas, tanto na produção quanto no âmbito doméstico e de cuidado, são historicamente interpretadas como extensões “naturais” do papel feminino, e não como trabalho propriamente dito. Esse processo reforça a divisão sexual do trabalho e contribui para sua invisibilidade social e estatística.

A partir dessa perspectiva, observa-se que a invisibilidade do trabalho feminino no campo não é resultado de ausência de participação, mas de um mecanismo social que desloca o trabalho das mulheres para a esfera do “ajudar” ou “complementar”, negando seu caráter produtivo e estratégico para a reprodução da vida e da economia rural. Esse fenômeno está diretamente ligado à hierarquia patriarcal presente nas famílias agricultoras e dentro das cooperativas, nas quais as mulheres permanecem sub-representação nos cargos de mais poder. A destituição de valor do trabalho feminino constitui, segundo Federici (2017), a apropriação invisível desse trabalho, fundamental para a acumulação de riquezas no capitalismo.

Na intersecção entre racismo e patriarcado, mulheres negras rurais são postas na posição mais vulnerável dessa hierarquização. Segundo Carneiro (2023), o racismo opera como estrutura de poder, excluindo e fragmentando as possibilidades de existência da mulher negra por limitá-la aos espaços menos prestigiados socialmente. Para Herrera *et al.* (2024), as mulheres rurais não apenas executam trabalho agrícola muitas vezes invisibilizado, mas também assumem funções de cuidado, reprodução da vida social e familiar, estando sujeitas a formas de controle social e depreciação de seu protagonismo político. Portanto, o campo brasileiro não se restringe a um espaço produtivo, mas também precisa ser visto como um território marcado por relações racializadas e generificadas de poder que organizam quais sujeitos são os detentores de terra, os trabalhadores, os que lucram, os que decidem e os que são explorados.

As mulheres negras passam tradicionalmente por um processo de apagamento, subestimação e descredibilização de suas contribuições para a construção do mundo rural no Brasil. No período da escravidão, o corpo feminino negro era compreendido como força de trabalho e instrumento de reprodução social, ao assegurar a continuidade da mão de obra escrava com a manutenção da vida familiar dos escravizadores e a produção de riquezas para os latifundiários (Davis, 2016). Tais aspectos produtivo e reprodutivo permanecem após a abolição, particularmente com as camponesas negras mantidas nas atividades agrícolas, de cuidado e de manutenção da comunidade, geralmente sem reconhecimento social, remuneração digna ou direitos trabalhistas (Gonzalez, 1988).

O entrelaçamento entre racismo, patriarcado e classismo faz com que mulheres negras sejam centrais para a sustentação da vida no campo, mas pouco presentes nos espaços de decisão, inclusive nas organizações coletivas, como as cooperativas, que se constituem em fóruns de reivindicação para alterar as desigualdades pelos que resistem no campo e lutam por melhorias nas suas condições de vida (Anjos; Santos, 2025). Apesar de serem elas que plantam, cozinham, participam de feiras, cuidam de crianças, idosos e dos quintais produtivos, seguem ausentes dos espaços formais de decisão.

Esse apagamento não é fruto de ausência, mas de um processo político de silenciamento, como aponta Hooks (2019). Ao compreender essas mulheres negras rurais como protagonistas dos processos de resistência, rompe-se com as narrativas excludentes que as colocam como coadjuvantes no universo rural. Isto também implica reconhecer suas contribuições na produção de saberes, memórias, redes de solidariedade e estratégias de

continuidade da vida. Estes são elementos fundamentais para a resistência no campo brasileiro, para além da sobrevivência e reprodução das famílias agricultoras.

Para interpretar as diversas formas de opressão que atravessam a realidade de mulheres negras do campo, a abordagem interseccional parece ser uma ferramenta teórica e metodológica adequada. Para Crenshaw (2013), a interseccionalidade emerge para explicar como raça, gênero e classe influem na realidade não de forma individualizada, mas entrelaçada, criando experiências específicas de desvantagens que precisam ser compreendidas em conjunto, não por categorias analíticas separadas. Na realidade brasileira, diversas intelectuais já apontavam essa perspectiva, como Gonzalez (1988), ao demonstrar que a mulher negra é atravessada simultaneamente por racismo e sexismo. Mais recentemente, Akotirene (2019) compreende a interseccionalidade como uma lente que desobscurece, por evidenciar as opressões estruturais vividas pelas mulheres negras, configurando um ponto de encruzilhada entre sistemas de dominação vigente.

A aplicação da abordagem interseccional ao estudo da realidade rural no Brasil implica a compreensão de que as desigualdades deste contexto não são estritamente econômicas, mas também raciais e de gênero. As vivências de mulheres e homens do campo se diferenciam a partir da forma como o patriarcado preconiza a divisão sexual do trabalho e a concentração de terras e de como o racismo reverbera com o legado da escravidão. Com isso, ocorre uma exclusão simbólica e política pela ausência do reconhecimento do trabalho produtivo feminino, reprodutivo e de cuidado, privando assim as mulheres dos espaços decisórios.

Como crítica à generalização dos sujeitos rurais, a interseccionalidade constitui uma ferramenta analítica fundamental para evitar a redução de pessoas a categorias totais como “os camponeses” ou “as mulheres”. Diferente de parte da literatura dos estudos rurais e cooperativistas, esse olhar reconhece que raça, gênero e classe não atuam separadamente, mas de forma articulada, produzindo experiências específicas de opressão e resistência (Anjos; Santos, 2025). Nesse sentido, as análises interseccionais incorporam as desigualdades raciais e as hierarquias históricas do trabalho. Como alerta Davis (2016), não é possível pensar em projetos de emancipação sem enfrentar a colonialidade do poder e a racialização do trabalho.

Assim, a interseccionalidade não se limita a um conceito teórico, mas implica um reposicionamento ético e político do olhar, capaz de reconhecer sujeitos historicamente

silenciados como as mulheres negras no campo. Portanto, a abordagem interseccional, ao ser usada como lente analítica, permite compreender que a incipiência nos espaços diretivos das cooperativas não é consequência estrita de desqualificação individual ou ausência de interesse das mulheres rurais, sobretudo as negras, mas resultado de uma estrutura de poder que permeia a vida no campo e se perpetua até mesmo em contextos que, como o cooperativismo, se propõem a ser democráticos, equitativos e horizontalizados.

## COOPERATIVISMO RURAL: ESPAÇO DE LUTA PARA AMPLIAR A PARTICIPAÇÃO FEMININA

Factualmente, o cooperativismo surgiu como uma alternativa ao modelo capitalista tradicional, com a proposta de se articular como uma organização baseada na solidariedade, na igualdade, na ajuda mútua e na gestão democrática (Singer, 2002). No contexto rural brasileiro, sua expansão esteve ligada diretamente à agricultura familiar por facilitar aos agricultores o acesso a crédito, a diversificar os canais de comercialização, à assistência técnica e a inserção em mercados altamente competitivos.

Devido à relevância das cooperativas para impulsionar mudanças em sociedades caracterizadas por profundadas desigualdades, as organizações que representam o movimento cooperativista apresentam-no como estratégia para alcançar os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), estabelecidos pela Organização das Nações Unidas, em particular aqueles que tratam da igualdade de gênero (ODS 5), do trabalho decente e crescimento econômico (ODS 8) e da redução das desigualdades (ODS 10). O sistema representado pela Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) e a Aliança Cooperativa Internacional (ACI), assim como a União das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Unicafes), tem reafirmado publicamente esses compromissos, apresentando o cooperativismo como ferramenta estratégica para construir uma economia mais justa, solidária e sustentável.

Embora o cooperativismo seja identificado com princípios emancipatórios, ele ainda reproduz desigualdades estruturais. Os cargos de maior prestígio e poder político como presidência dos conselhos de administração são ocupados majoritariamente por homens, enquanto as mulheres são minorias, inclusive no ramo agropecuário que, segundo o Anuário do cooperativismo 2024 (OCB, 2025), tem 80,8% de homens cooperados que alcançam

81,5% como presidentes. Vale ressaltar que é nesse ramo que estão inclusas as cooperativas da agricultura familiar filiadas ao sistema OCB.

Silva (2013) afirma que mesmo quando as mulheres estão formalmente associadas às cooperativas, a participação em assembleias e processos decisórios é frequentemente limitada. Essa restrição decorre de múltiplos fatores, como a dupla ou tripla jornada de trabalho que combina atividades domésticas, responsabilidades agrícolas e envolvimento comunitário, a dificuldade de acesso à informação e à formação política, a ausência de políticas de cuidado infantil e, sobretudo, a persistência de normas culturais que deslegitimam a presença feminina em espaços de liderança.

Essas circunstâncias evidenciam que o aspecto democrático das cooperativas não é experienciado tão completamente quanto deveria. Mesmo que, formalmente, todos os cooperados possuam direito a voto, nem todos têm capacidade de exercer esse direito. Como destacam Grimm, Estevam e Salvaro (2022), a participação das mulheres nas cooperativas não deve ser avaliada apenas pela presença numérica, mas pela capacidade de influenciar decisões e ocupar cargos estratégicos.

Apesar dessas limitações, é crescente a participação feminina em cooperativas agroecológicas, de economia solidária e em empreendimentos ligados com os movimentos sociais identificados com a agricultura familiar. Nesses contextos, além da presença numérica mais expressiva, emergem práticas de auto-organização, redes de apoio e estratégias de enfrentamento à lógica patriarcal predominante nas cooperativas tradicionais (Salvaro *et al.*, 2014).

Contudo, quando se trata de mulheres negras rurais, as desigualdades se mostram mais profundas. É ainda mais difícil que essas mulheres alcancem cargos de coordenação, gestão ou representação institucional, embora sejam produtoras ativas nos estabelecimentos agropecuários. Anjos, Rocha e Silva (2022) constataram participação mais expressiva das agricultoras familiares baianas como principais produtoras dos estabelecimentos que estavam vinculados aos formatos associativos, segundo o Censo Agropecuário 2017 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Mas essa participação não é captada em proporção mais significativa nos dados da OCB para o ramo agropecuário, nem no quadro social, tampouco no cargo de presidente das cooperativas.

Ponderar sobre a posição das mulheres rurais nas cooperativas aponta o tamanho do desafio para se alcançar a equidade de gênero para além das narrativas dos ODS. Mas

também evidencia a falta de estatísticas que permitam dimensionar a participação da população negra nesta modalidade de negócio, dito mais inclusivo e democrático. Por esses motivos, Anjos (2023) entende que são muito os desafios das cooperativas na promoção à diversidade, inferindo que não é somente em relação à assimetria de gênero, mas perpassam também pela falta de dados que informem o perfil racial dos cooperados. A não inclusão do perfil racial nos levantamentos realizados anualmente pela OCB demonstra o quanto o racismo está estruturado como negação desse atributo nas profundas desigualdades que estruturam a sociedade brasileira.

Apesar dos princípios que norteiam o cooperativismo, é possível identificar nos empreendimentos cooperativos o que Akotirene (2019) chama de intersecção de opressões, intercalando classe, raça e gênero para determinar quais corpos podem ocupar o espaço da fala, da decisão e do poder. Para mulheres negras, as barreiras são expressas de três formas principais: material, pelo menor acesso à terra, renda, crédito rural e escolarização formal; simbolicamente, pela deslegitimação de sua capacidade de liderar e falar em público; e institucionalmente, pela ausência de políticas internas de equidade racial e de gênero nas cooperativas.

Portanto, destacar a presença de mulheres negras em cargos diretivos nas cooperativas rurais, ainda que de forma minoritária, mostra-se fundamental para apontar as desigualdades, bem como revelar possibilidades de ruptura com as estruturas vigentes de poder. Questionar e enfrentar a invisibilização das mulheres rurais cooperativistas, sobretudo as negras, não é apenas uma demanda ética, mas condição fundamental para que o movimento cumpra os compromissos sociais que o fundamentam. Só assim será possível dimensionar o potencial de o cooperativismo ser um mecanismo para assegurar os ODS tão apregoados, inclusive o ODS 18, proposto pela presidente Lula à ONU, que versa sobre a igualdade étnico-racial.

## ENTRE O DISCURSO DA IGUALDADE E AS PRÁTICAS DE (IN)VISIBILIZAÇÃO

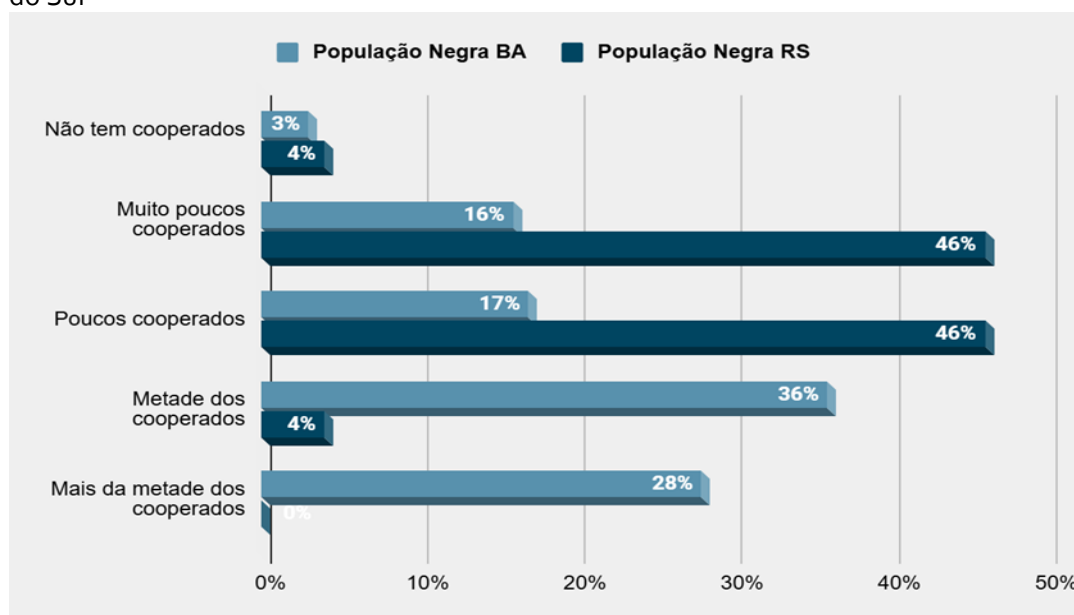
As análises dos dados primários deste estudo envolveram 64 cooperativas distribuídas nos estados da Bahia, com 36 delas, e do Rio Grande do Sul, com 28. Do universo pesquisado, 56 (87,5%) são identificadas com a agricultura familiar, estando 30 cooperativas localizadas na Bahia e as outras 26 no Rio Grande do Sul. A composição do quadro social dessas

cooperativas expressa os desafios para ampliar a participação feminina. Na Bahia, contabilizou-se um total de 8.532 cooperados/as, dos quais 2.843 são mulheres (33,3%) e 5.689 são homens (66,7%). No Rio Grande do Sul, o predomínio masculino é ainda mais flagrante, são 37.987 cooperados/as, dos quais apenas 6.866 são mulheres (18,1%) e 31.121 são homens (81,9%).

As estatísticas levantadas pelo manuseio do banco de dados formado pelas 64 cooperativas evidenciam o quão distante as cooperativas estão da equidade de gênero no critério participação, inclusive no campo da agricultura familiar, que envolve diversos movimentos sociais que reivindicam o reconhecimento do trabalho feminino rural e apontam os empreendimentos associativos, dentre eles as cooperativas, como estratégia de superação das relações patriarcais. Mas é preciso destacar a participação mais expressiva das mulheres cooperadas na Bahia, em detrimento da presença mais reduzida no Rio Grande do Sul. Velloso e Anjos (2022) afirmam que o cooperativismo da agricultura familiar baiano é um espaço de resistência e protagonismo das mulheres rurais. Segundo as autoras, ainda que sejam minorias no quadro social, estão em maior número se observada a composição no âmbito nacional, tendo como referência à vinculação dos estabelecimentos rurais às cooperativas com base nos dados do Censo Agropecuário 2017.

No contexto das cooperativas agropecuárias gaúchas, Boscardin *et al.* (2025) alertam que as hierarquias de gênero persistem, pois as mulheres continuam sub-representadas tanto no quadro social quanto nos espaços de decisão. A disparidade da presença minoritária das mulheres nas cooperativas pesquisadas, ainda com percentuais mais elevados, soma-se aos dados do Anuário da OCB, que detectou somente 19,2%, de cooperadas no ramo agropecuário. Essa constatação reforça a necessidade de programas educativos que estimulem a participação de mulheres como cooperadas considerando as desvantagens enfrentadas no âmbito doméstico, ao assumir o trabalho do cuidado, e a atuação por vezes invisibilizada na produção familiar.

Quanto à questão racial, devido à ausência desse atributo nos anuários do Sistema OCB, adotou-se como estratégia dimensionar a participação da população negra no quadro social das cooperativas a partir de uma escala com 5 (cinco) possibilidades, quais sejam: “não tem cooperados”; “muito poucos cooperados”; “poucos cooperados”; “metade dos cooperados”; “mais da metade dos cooperados”. O resultado está apontado no gráfico 1.

**Gráfico 1** - Presença da população negra no quadro social das cooperativas na Bahia e no Rio Grande do Sul

Fonte: Base de Dados Cooperativismo e Diversidade (Anjos; Ramos, 2025).

Para além de a composição racial da Bahia e do Rio Grande do Sul ser muito diversa, no primeiro com predominância da população negra e no segundo com a população branca, os perfis raciais apontados nas cooperativas revelam diferenças expressivas. Na Bahia, apenas 28% das cooperativas afirmaram que mais da metade dos cooperados é formada por pessoas negras, enquanto 36% indicaram que metade dos associados se identifica como negra. Dessa forma, em 64% das cooperativas baianas, a população negra constitui pelo menos metade do quadro social. Já no Rio Grande do Sul, apesar de a população negra constituir 21,19%, segundo o Censo Populacional 2022 do IBGE, apenas 4% declararam que metade de seus associados é composta por pessoas negras. A maior parte das respostas concentra-se nas categorias “poucos cooperados negros” (46%) e “muito poucos cooperados negros” (46%), totalizando 92%.

Essas diferenças não se explicam apenas pela composição demográfica, mas também por fatores históricos e estruturais que moldaram o cooperativismo em cada região. Enquanto a Bahia é marcada por uma forte presença de população negra e trajetória de resistência cultural, o cooperativismo no Rio Grande do Sul consolidou-se sob forte influência da colonização europeia, o que contribuiu para a invisibilização das populações negras nas organizações coletivas. Desse modo, os resultados apresentados no Gráfico 3 sugerem que a representação racial no cooperativismo não é homogênea e que a participação da população

negra precisa ser dimensionada, inclusive no Rio Grande do Sul, ainda que seja um estado com menor proporção de negros na constituição demográfica. Somente assim será possível inferir se o cooperativismo é um mecanismo que reduz as assimetrias nas relações étnico-raciais com dados que demonstrem a inserção dos segmentos raciais que enfrentam mais desvantagens no quadro social e nos cargos diretivos.

A participação feminina nos conselhos de administração torna-se um indicador importante para analisar as rupturas com a dominação masculina que ainda impera na maioria das cooperativas filiadas ao Sistema OCB (OCB, 2025). O quadro 1, na sequência, revela que houve avanços no conjunto de cooperativas que constituíram o estudo, mas ainda muito distante da equidade de gênero tão apregoada pelo movimento cooperativista.

**Quadro 1.** Perfil de gênero das diretorias das cooperativas na Bahia e no Rio Grande do Sul

| Estado            | Gênero | Financeira | Administrativa | Comercial |
|-------------------|--------|------------|----------------|-----------|
| Bahia             | Homem  | 60,7%      | 39,4%          | 62,1%     |
|                   | Mulher | 39,3%      | 60,6%          | 37,9%     |
| Rio Grande do Sul | Homem  | 75%        | 57,1%          | 72,2%     |
|                   | Mulher | 25%        | 42,9%          | 27,8%     |

Fonte: Base de Dados Cooperativismo e Diversidade (Anjos; Ramos, 2025).

O quadro 1 apresenta o escrutínio dos cargos de diretor/a financeiro/a, administrativo/a e comercial por gênero das cooperativas que integram o estudo. Na Bahia, as mulheres estão mais presentes nos cargos diretivos, enquanto no Rio Grande do Sul têm participação muito mais discreta, pois em nenhum cargo as mulheres chegam a ocupar 50%. Destaca-se de forma negativa a ocupação do financeiro (25%) e comercial (27,8%) nas cooperativas gaúchas. Já as cooperativas baianas demonstraram que as mulheres rurais estão utilizando o cooperativismo para consolidarem seu protagonismo na superação das vulnerabilidades que persistem no campo, sobretudo no Nordeste. Ainda que sejam maioria na diretoria administrativa (60,6%), estão próximo de 40% dos demais cargos escrutinados.

Cabe ressaltar que 87,5% dessas cooperativas são da agricultura familiar, segmento que luta para assegurar direitos e políticas que assegurem às mulheres rurais o reconhecimento da sua contribuição na produção agropecuária brasileira.

Não obstante, é preciso destacar que em dois setores analisados os homens apresentam amplo predomínio nos dois estados, o financeiro e o comercial, que são historicamente mais valorizados economicamente. Esses resultados evidenciam dois aspectos da assimetria de gênero nos cargos diretivos: i) a participação feminina tende a se concentrar em áreas administrativas ou consideradas “de apoio”; ii) os homens estão mais vinculados ao controle financeiro e à comercialização. Essa análise parece refletir na mesma toada quanto ao cargo de presidência das cooperativas assumido amplamente por homens, seja nas cooperativas familiares como nas não-familiares, conforme Anjos e Santos (2025).

Quanto à composição racial dos conselhos de administração, percebe-se que está mais alinhada à constituição étnica do estado da Bahia e distanciada do perfil étnico gaúcho de acordo com o Censo 2022. Ainda que a população negra esteja mais presente na base produtiva da agricultura familiar devido ao passado escravocrata que caracterizou a constituição histórica do Brasil, sua representação nos espaços diretivos nem sempre é perceptível ou visibilizada de forma institucional. O quadro 2 revela o perfil racial dos cargos diretivos pesquisados.

**Quadro 2** - Perfil racial das diretorias financeira, administrativa e comercial das cooperativas da Bahia e do Rio Grande do Sul

| Estado            | Diretoria      | Preto | Pardo | Branco | Amarelo | Indígena | Total |
|-------------------|----------------|-------|-------|--------|---------|----------|-------|
| Bahia             | Financeira     | 21%   | 58%   | 18%    | 3%      | 0        | 33    |
|                   | Administrativa | 16%   | 58%   | 20%    | 3%      | 3%       | 31    |
|                   | Comercial      | 17%   | 60%   | 17%    | 3%      | 3%       | 29    |
| Rio Grande do Sul | Financeira     | 0     | 5%    | 95%    | 0       | 0        | 19    |
|                   | Administrativa | 0     | 5%    | 90%    | 5%      | 0        | 20    |
|                   | Comercial      | 0     | 0     | 100%   | 0       | 0        | 17    |

Fonte: Base de Dados Cooperativismo e Diversidade (Anjos; Ramos, 2025).

Apesar de os cargos apontados nos conselhos de administração não estarem presentes em todas as cooperativas pesquisadas, eles são representativos para dimensionar a participação das pessoas pretas e pardas nesses espaços decisórios. O quadro 2 revela que na Bahia há presença mais expressiva de pessoas negras (pretas e pardas) nas diretorias analisadas. No setor financeiro, 79% são negras; no administrativo e comercial, somam 74% e 77%, respectivamente. A Bahia, estado com o maior número de estabelecimentos agropecuários familiares do país, também apresenta a maior proporção de população negra entre as unidades federativas, segundo o Censo Populacional 2022 do IBGE, 79,7%.

Essas diferenças regionais expressam não apenas a composição racial demográfica de cada estado, mas também as dinâmicas históricas de acesso ao poder e a terra. Na Bahia, a forte presença de pessoas negras nas diretorias pode estar associada à predominância da população negra no meio rural e à organização social vinculada à agricultura familiar e aos povos e comunidades tradicionais. Já no Rio Grande do Sul, a estrutura cooperativista consolidou-se em contextos de colonização europeia devido à política pública de branqueamento da população que resultou na doação de terras para os agricultores de origem europeia. Essa prática resultou no deslocamento forçado para o meio urbano de parte dos “condenados da terra”, descendentes dos escravizados, que não foram beneficiários de nenhuma política fundiária no século XX. Assim, o cooperativismo expande-se nas terras gaúchas entre os descendentes europeus, pois são eles em sua maioria que respondem pelas cooperativas, inclusive no campo da agricultura familiar.

Além dos cargos diretivos analisados, a presidência concentra maior visibilidade política e autoridade dentro das cooperativas. Esse cargo responde institucionalmente pela cooperativa, representa a organização em conselhos, assembleias e junto a instituições públicas e privadas, além de ser responsável por assegurar a coerência das práticas de gestão com os princípios cooperativistas (Schneider, 2010). O quadro 3 demonstra o perfil racial e de gênero das cooperativas estudada.

**Quadro 3.** Perfil de gênero e raça da presidência das cooperativas na Bahia e no Rio Grande do Sul

| Estado            | Gênero | Não respondeu | Preto | Pardo | Branco | Amarelo | Indígena | Total |
|-------------------|--------|---------------|-------|-------|--------|---------|----------|-------|
| Bahia             | Homem  | 1             | 2     | 10    | 10     | 2       | 0        | 25    |
|                   | Mulher | 0             | 5     | 4     | 1      | 0       | 1        | 11    |
|                   | Total  | 1             | 7     | 14    | 11     | 2       | 1        | 36    |
| Rio Grande do Sul | Homem  | 2             | 1     | 1     | 19     | 0       | 0        | 23    |
|                   | Mulher | 0             | 0     | 1     | 3      | 1       | 0        | 5     |
|                   | Total  | 0             | 1     | 2     | 22     | 1       | 0        | 28    |

Fonte: Base de Dados Cooperativismo e Diversidade (Anjos; Ramos, 2025).

Os dados referentes ao perfil racial e de gênero das presidências das cooperativas no quadro 3 evidenciam que, mesmo em organizações fundamentadas nos princípios da igualdade, participação democrática e autogestão, a ocupação dos espaços de poder ainda reflete desigualdades estruturais. Tanto na Bahia quanto no Rio Grande do Sul, os cargos de presidência são majoritariamente ocupados por homens, o que indica que o cooperativismo ainda reproduz a lógica patriarcal que historicamente associa liderança e autoridade ao gênero masculino.

Na Bahia, observa-se que 69,4% das presidências são exercidas por homens, enquanto as mulheres ocupam 30,6% desses cargos, percentual mais expressivo do que nas suas congêneres do Rio Grande do Sul, nas quais apenas 17,9% são presididas por mulheres. Embora a participação feminina nas cooperativas baianas possa ser interpretada em um quadro mais alvissareiro para as mulheres rurais, a constatação da desigualdade de gênero em organizações que são apontadas como instrumentos para alcançar os ODS exige mais reflexões e ações que alterem as barreiras que impedem as mulheres de ter participação mais qualificada nas cooperativas e alcançar o mais alto cargo diretivo, a presidência. Esse contexto se acentua ainda mais no cooperativismo gaúcho, cujo percentual de mulheres presidindo está abaixo da média nacional do Sistema OCB, 19,2%, em 2024.

Quando se observa a dimensão racial, as diferenças entre os estados tornam-se ainda mais evidentes. Das 36 cooperativas da Bahia, pessoas negras presidem em 21 (58,3%), enquanto nas 28 do Rio Grande do Sul, somente 3 (10,7%) têm membros da população negra como presidentes. Somado a presença feminina nos dois estados, temos um cenário que expressa resistência e conquista para as mulheres negras. O quadro 3 apresenta 16 mulheres presidindo cooperativas, dessas 5 são pretas e 5 são pardas, em outros termos, 62,5% das mulheres que presidem são negras. Como o racismo estrutural impõe sérios limites para a ascensão das mulheres negras, relegando-as às funções menos valorizadas na sociedade brasileira, é preciso reconhecer o feito dessas mulheres negras para que estimulem tantas outras, negras e não-negras, a lutarem para romper com a dominação masculina da presidência.

O destaque das mulheres negras presidindo não reduz os desafios para alcançar a equidade de gênero e raça na presidência das cooperativas. Anjos e Santos (2025) afirmam que a participação de mulheres negras nos espaços de poder das cooperativas é atravessada por uma dupla barreira, de gênero e de raça, o que resulta em sua participação incipiente nas instâncias decisórias, mesmo com o avanço das mulheres rurais na inclusão produtiva. Reconhecer o protagonismo das nove mulheres negras que presidem na Bahia e uma no Rio Grande do Sul não impede que se interpelem as relações desiguais de gênero e raça reproduzidas no interior das cooperativas. Dessa forma, persistem as hierarquias sociais que mantêm a população negra, sobretudo as mulheres rurais negras, em desvantagens na sociedade, como relatado por Collins e Bilge (2021).

No mesmo movimento que ainda mantém estruturas patriarcais e o poder dos homens brancos, emergem mulheres negras que interpelam essas estruturas e encontram no segmento da agricultura familiar, sobretudo na Bahia, espaços de protagonismo. Que outras pesquisas com outros recortes geográficos e participação mais numerosa de cooperativas incluam a abordagem interseccional para captar estatísticas mais significativas que demonstrem se o cooperativismo é um mecanismo com potencial de reduzir as diversas formas de desigualdades que persistem na realidade brasileira, em especial, as de gênero e raça.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo objetivou analisar a participação das mulheres rurais, sobretudo as negras, nas cooperativas e nos cargos dos conselhos de administração com o intuito de debater se o cooperativismo rural é um mecanismo de equidade de gênero e raça, a partir do contexto da Bahia e do Rio Grande do Sul. Para compreender as especificidades das mulheres rurais, adotou-se a abordagem interseccional, que possibilita entender as desvantagens enfrentadas pelas mulheres negras devido ao entrelaçamento das desigualdades de gênero, raça e classe.

Os resultados obtidos das 64 cooperativas que compuseram o estudo nos estados da Bahia e do Rio Grande do Sul, com ampla maioria da agricultura familiar, evidenciaram que, embora o cooperativismo se estruture a partir de princípios democráticos e igualitários, ele ainda reproduz as hierarquias sociais constatadas em outras organizações da sociedade, sobretudo as cooperativas gaúchas.

Os cargos diretivos das cooperativas, financeiro, administrativo, comercial e a presidência, ainda expressam o poder masculino branco. No entanto, constatou-se um movimento protagonizado pelas mulheres rurais negras, sobretudo na Bahia, que está alterando o predomínio dos homens no quadro social das cooperativas e suas diretorias. Ter 87,5% de cooperativas identificadas com a agricultura familiar e ainda assim perceber participação tão reduzida das mulheres rurais como cooperadas, tanto na Bahia como no Rio Grande do Sul, demanda ações educativas no interior das cooperativas para compreender as desigualdades de gênero que impõem limites à participação feminina devido à lógica patriarcal do poder do homem e do trabalho de cuidados continuar sob a responsabilidade feminina.

Quanto à composição racial, espera-se que essa pesquisa estimule a adoção desse indicador para visibilizar as mulheres e os homens negros que se inseriram em cooperativas e problematizar a ausência tão expressiva desse grupo étnico no contexto gaúcho. A falta do perfil racial nos levantamentos do Sistema OCB, que apresenta anualmente um retrato do cooperativismo brasileiro a partir das suas filiadas, revela o descompromisso com as lutas antirracistas, uma vez que o racismo é estrutural e impacta nas condições de vida da população negra.

Constatar 62,8% de mulheres rurais negras entre aquelas que presidem cooperativas nos dois estados pesquisados demonstra a existência, resistência e protagonismo das pretas e pardas, de forma mais expressiva na Bahia. Não obstante, os desafios estão delineados e apresentados, se há pretensão de que o cooperativismo seja um mecanismo para alcançar os ODS, faz-se necessária uma reflexão das práticas cooperativistas embasadas na perspectiva interseccional, para que se adotem políticas de inclusão racial e de gênero nas cooperativas, com formações voltadas às lideranças femininas e negras.

Por fim, destaca-se a importância de aprofundar esse debate por meio de estudos qualitativos que incluam entrevistas, histórias de vida e trajetórias de mulheres rurais negras daquelas que estão sendo protagonistas em suas cooperativas e tantas outras que enfrentam desvantagens estruturais que as impedem de ocupar espaços de poder. Também se recomenda ampliar a pesquisa para outros estados e regiões, de modo a construir um panorama nacional sobre o perfil de gênero e raça em todos os ramos cooperativos, inclusive com adoção de novas categorias, como a questão geracional.

## REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen, 2019.

ANJOS, Eliene G. Mulheres negras presidentas de cooperativas: um novo capítulo no cooperativismo da agricultura familiar na Bahia. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 21., 2023, Belém. **Anais [...]**. Belém: EDUFPA, 2023. Disponível em: <https://www.sbs2023.sbsociologia.com.br/anais/trabalhos/anais01>. Acesso em: 12 set. 2025.

ANJOS, E. G.; RAMOS, C. E. C. O. **Base de Dados Cooperativismo e Diversidade**. Cruz das Almas: UFRB, 2025. Disponível em: <https://dados.ufrb.edu.br/dataset/pesquisa-cooperativismo-e-diversidade-sescoop-cnpq-processo-n-404336-2022-1>. Acesso em: 04 maio 2025.

ANJOS, Eliene G.; ROCHA, Ana G. P.; SILVA, Daciane O. O cooperativismo como estratégia de fortalecimento da agricultura familiar na Bahia: uma análise baseada no Censo Agropecuário 2017. **DRd - Desenvolvimento Regional em debate**, v. 12, ed. esp. 2 (Dossiê Cooperativismo), p. 8-31, 27 maio 2022. DOI: <https://doi.org/10.24302/drd.v12ied.esp.2>

ANJOS, Eliene G.; SANTOS, Jéssica A. Análisis del marco social y de los consejos directivos de las cooperativas de agricultura familiar de Bahía desde una perspectiva interseccional. **Otra Economía**, v. 18, n. 33, p. 73-90, 2025. Disponível em: <https://revistas.ungs.edu.ar/index.php/otraeconomia/article/view/1136/1406>. Acesso em: 01 out. 2025.

BOSCARDIN, Mariele; VARGAS, Daiane L.; FERREIRA, Vinicius J; ANJOS, Eliene G. Análise do perfil de gênero e geração nas cooperativas agropecuárias do estado do RS. **Revista De Gestão E Organizações Cooperativas**, 11(22), e87531, 2025.

<https://doi.org/10.5902/2359043287531>

CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade**: a construção do outro como não ser como fundamento do ser. São Paulo: Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2023. DOI:

<https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2024.224100>.

CRENSHAW, Kimberle. Demarginalizing the intersection of race and sex: A black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. *In*:

CRENSHAW, Kimberle. **Feminist legal theories**. Routledge, 2013. p. 23-51. Disponível em:

<https://chicagounbound.uchicago.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1052&context=uclf>.

Acesso em: 11 set. 2025.

COLLINS, Patricia H.; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2021.

COSTA, Cesar A. S.; FREITAS, Maria V. P. Colonialidade no mercado de trabalho: uma análise acerca da participação de mulheres na força de trabalho do Brasil. **Cadernos do CEAS**, Salvador/Recife, v. 50, n. 264, p. 59-77, jan./abr. 2025. DOI:

<https://doi.org/10.25247/2447-861X.2025.n264.p59-77>.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.

DELGADO, Guilherme C. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio**: mudanças cíclicas em meio século [1965-2012]. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. Vol. 1. São Paulo: Edusp, 1994. Disponível em:

<https://mizanzuk.wordpress.com/wp-content/uploads/2018/02/boris-fausto-historia-do-brasil.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2025.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Editora Elefante, 2023.

GONZALEZ, Lélia. A juventude negra brasileira e a questão do desemprego. *In*:

CONFERÊNCIA ANUAL DO AFRICAN HERITAGE STUDIES ASSOCIATION, 1979. **Anais [...]**.

1979. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/gonzalez/1979/04/28.pdf>. Acesso em: 11 set. 2025.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. **Tempo Brasileiro**, 92-93, p. 69-82, 1988. Disponível em: <https://negrasoulblog.wordpress.com/wp-content/uploads/2016/04/a-categoria-polc3adtico-cultural-de-amefricanidade-lelia-gonzales1.pdf>. Acesso em: 11 set. 2025.

GONZALEZ, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira: uma abordagem político-econômica. *In*: RIOS, Flavia; LIMA, Márcia. **Por um feminismo afro Latino Americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Rio Janeiro: Zahar, 2020. p. 1-14.

GRIMM, Suzane; ESTEVAM, Dimas; SALVARO, Giovana I. J. Protagonismo feminino no meio rural: as mulheres da cooperação no Sul de Santa Catarina – Brasil. **Revista Ártemis**, v. 33, n. 1, p. 198-216, 2022. Disponível em: [https://www.unesc.net/files/register\\_item/link/4076/O%20protagonismo%20feminino%20o%20meio%20rural%20As%20mulheres%20da%20coopera%C3%A7%C3%A3o.pdf](https://www.unesc.net/files/register_item/link/4076/O%20protagonismo%20feminino%20o%20meio%20rural%20As%20mulheres%20da%20coopera%C3%A7%C3%A3o.pdf). Acesso em: 29 out. 2025.

HERRERA, Karolyna M. *et al.* Trabalho e gestão das mulheres na agricultura familiar: uma análise a partir de estudos feministas e de gênero. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 62, n. 3, p. e281922, 2024. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1806-9479.2023.281922pt>.

HOOKS, Bell. **Olhares negros: raça e representação**. São Paulo: Elefante, 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2017**. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: [https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo\\_agro/resultadosagro/pdf/agricultura\\_familiar.pdf](https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/pdf/agricultura_familiar.pdf). Acesso em: 15 out. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2022/universo-populacao-por-idade-e-sexo>. Acesso em: 30 set. 2025.

KYRILLOS, Gabriela M. Uma análise crítica sobre os antecedentes da interseccionalidade. **Revista Estudos Feministas**, v. 28, e56509, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/jj/ref/a/zbRMRDkHJtkTsRzPzWTH4Zj/>. Acesso em: 15 ago. 2025.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1980.

PAULILO, Maria I. **Mulheres rurais: quatro décadas de diálogo**. Florianópolis: EdUFSC, 2016.

SALVARO, Giovana I. J.; ESTEVAM, Dimas O.; FELIPE, Daiane. Mulheres em cooperativas rurais virtuais: reflexões sobre gênero e subjetividade. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 34, p. 390-405, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-3703000262013>.

SANTOS, Jéssica, A. **Inclusão e protagonismo: mulheres negras no cooperativismo da agricultura familiar da Bahia**. 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Tecnologia em Gestão de Cooperativas) – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cruz das Almas, BA, 2024. Disponível em: [https://ufrb.edu.br/gestaodecooperativas/index.php?option=com\\_phocadownload&view=category&id=29:2024-1&Itemid=119](https://ufrb.edu.br/gestaodecooperativas/index.php?option=com_phocadownload&view=category&id=29:2024-1&Itemid=119). Acesso em: 10 set. 2025.

SCHNEIDER, José O. **Educação e Capacitação Cooperativa: os desafios no seu desempenho**. São Leopoldo: Unisinos, 2010.

SILVA, Francisco C. **Gestão de cooperativas agrícolas: mulheres gestoras e ações estratégicas empreendedoras na cadeia produtiva da soja em Dourados/MS**. 2013. Trabalho

de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) – Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Dourados, MS, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/bitstream/prefix/3646/1/FranciscoCarlosSilva.pdf>. Acesso em: 20 out. 2025.

SINGER, Paul I. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

STÉDILE, João P.; ESTEVAM, Douglas. **A questão agrária no Brasil**: programas de reforma agrária, 1946-2003. Bib. Orton IICA/CATIE, 2005.

## Dados de autoria

Eliene Anjos

Pós-doutorado em Sociologia na Universidade Federal de São Carlos - UFSCar (2023). Docente do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Políticas Públicas, da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, coordena a Cooperativa Escola do Curso de Gestão de Cooperativas e a Incubadora de Empreendimentos Solidários (Incuba) da UFRB. Integra o Grupo de Pesquisa Desenvolvimento da Agricultura Familiar e da Agroecologia – DAFAG e é vice-presidente da Associação Brasileira de Pesquisadores em Economia Solidária – ABPES (2024-2027). E-mail: [elieneanjos@ufrb.edu.br](mailto:elieneanjos@ufrb.edu.br). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2751-4736>.

Jéssica Alves dos Santos

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Graduada em Tecnologia em Gestão de Cooperativas pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Atuou como bolsista no projeto Cooperativismo e Diversidade. E-mail: [jessicaalves.coop@gmail.com](mailto:jessicaalves.coop@gmail.com). ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-4807-9500>.